



PREFEITURA DE SOBRAL

LEI Nº 2589 DE 30 DE ABRIL DE 2025

ALTERA A LEI Nº 1778, DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Os incisos I, II e o Parágrafo único do artigo 4º da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

I - Órgão de Coordenação, constituído de 01(um) cargo de comissão de Coordenador Jurídico, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal;

II - Procuradoria Jurídica, composta por até 04 (quatro) cargos efetivos de Procurador Jurídico, subordinados ao Coordenador Jurídico.

Parágrafo único. *O cargo em comissão de Coordenador Jurídico, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal de Sobral, deve ser preenchido exclusivamente por advogado, que esteja regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.”*

Art. 2º O artigo 5º da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º *São membros da Procuradoria Jurídica os servidores públicos investidos nos cargos de provimento efetivo de Procurador Jurídico e o ocupante do cargo em comissão de Coordenador Jurídico, lotados na Câmara Municipal de Sobral.”*

Art. 3º Fica acrescido Parágrafo único ao artigo 6º da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º



PREFEITURA DE SOBRAL

Parágrafo único. *A representação judicial e extrajudicial exposta no presente artigo deverá ser tomada após autorização do Presidente da Câmara de Sobral, por meio de procuração específica para a prática de tais atos.*

Art. 4º Altera redação do artigo 7º da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º *Ao Coordenador Jurídico compete a Coordenação Geral e Superior da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Sobral, bem como:*

I - coordenar e supervisionar a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal;

II - distribuir e delegar tarefas aos Procuradores Jurídicos;

III - representar a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente após autorização do Presidente da Câmara de Sobral, por meio de procuração específica para a prática de tais atos;

IV - analisar pareceres, petições e demais atos jurídicos internos;

V - realizar, com exclusividade, a comunicação em nome da Câmara Municipal ou da Procuradoria com agentes externos, o envio de comunicações, manifestações, envios ou respostas de ofícios, requisições e documentos a outros órgãos ou instituições públicas ou privadas, ressalvada a delegação expressa e específica.”

Art. 5º Altera redação dos incisos I, III, V, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 8º da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

I - atuar em procedimentos disciplinares e sindicâncias mediante autorização da Presidência da Câmara ou do Coordenador Jurídico;

...

III - atuar judicial e administrativamente na defesa dos interesses e prerrogativas da Câmara Municipal, observada, em qualquer caso, a competência institucional da Procuradoria Geral do Município, para



PREFEITURA DE SOBRAL

defender, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses da fazenda pública, após autorização do Presidente da Câmara de Sobral, por meio de procuração específica para a prática de tais atos.

...

V - é vedado aos Procuradores Jurídicos manifestarem-se institucionalmente ou encaminharem documentos externos sem a prévia autorização escrita do Coordenador Jurídico ou do Presidente da Câmara Municipal;

...

VIII - solicitar ao presidente, exames, diligências e esclarecimentos necessários à atuação da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal;

IX - determinar a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses da Câmara Municipal, mediante consulta prévia a seu Presidente;

X - assessorar, mediante solicitação do Presidente, na interpretação da legislação, normas e decisões referentes à legislação da Câmara Municipal;

XI - controlar os prazos e providências tomadas em relação aos processos judiciais nos quais a Câmara Municipal seja interessada na condição de autor, réu, assistente ou oponente;

XII - manter o Presidente da Câmara e o Coordenador Jurídico, informados em relação ao andamento dos processos a seu cargo e, ainda, das providências adotadas e dos despachos e decisões neles proferidas."

Art. 6º Modifica o artigo 14 da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14....

I

II - solicitar das autoridades competentes, após autorização prévia da Presidência da Câmara, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;



PREFEITURA DE SOBRAL

III - ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública da Câmara Municipal de Sobral e solicitar, no âmbito do Poder Legislativo, documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional.”

Art. 7º Ficam revogados os artigos 22 e 23 da Lei Municipal nº 1778, de 12 de julho de 2018.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES
JÚNIOR, EM 30 DE ABRIL DE 2025.**


OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal de Sobral

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro
Procurador Geral do Município
OAB-CE 33.573



PREFEITURA DE **SOBRAL**

SANÇÃO PREFEITURAL Nº 2560/2025

Ref. Projeto de Lei nº **066/2025**

Autoria: **Mesa Diretora**

Após análise do Projeto de Lei em epígrafe, o qual “**Altera a Lei Nº 1778, de 12 de julho de 2018, que dispõe sobre a estruturação da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Sobral e dá outras providências.**”, aprovado pela augusta Câmara Municipal de Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA E IRRESTRITA**.

Publique-se.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR,
EM 30 DE ABRIL DE 2025.**


OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro
Procurador Geral do Município
OAB-CE 33.573